



IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DOS HOMENS PRETOS (RJ): DE LUGAR DE LUTA PELA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA A PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Ismael Wolf Ferreira¹

Resumo

O presente artigo² faz uma abordagem sobre a história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos³. Passando por sua fundação, seu envolvimento com o movimento abolicionista, o seu processo de patrimonialização pelo IPHAN e o período posterior a este. O artigo foi produzido a partir pesquisas realizadas no Arquivo Geral do IPHAN⁴ e nos periódicos da Biblioteca Nacional. Além das pesquisas nos arquivos, foram realizadas também visitas ao local da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, assim como ao Museu do Negro.

Palavras-Chave: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Movimento Abolicionista. Patrimônio Histórico.

Formação da Irmandade, construção do templo e os primeiros anos

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, da cidade do Rio de Janeiro, originou-se da união de duas irmandades: a Irmandade do Rosário e a Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos (FAJARDO, 2014, p. 87). Foi tombada em 7 de Abril de 1938 como patrimônio histórico e artístico nacional. Sob o nº de processo 0018-T-38, ela aparece no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O tombamento inclui todo o seu acervo. (IPHAN, 2013, p. 117)

Entre 1639 e 1640 foram criadas as confrarias de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Ambas iniciaram suas atividades na Igreja de São Sebastião, que ficava no Morro do Castelo. Em 1667 as confrarias se uniram formando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (FRIEDMAN e MACEDO, 2006, p.7). Essa nova confraria, que era

¹ Graduado em História (Licenciatura Plena) pela Faculdade Porto-Alegrense – FAPA; graduando em História (Bacharelado) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

² Este artigo foi apresentado originalmente como parte da avaliação do Seminário de Pesquisa em Patrimônio Histórico Brasileiro, realizado na UNIRIO, no ano de 2015. O Seminário foi ministrado pela Profa. Dra. Leila Bianchi Aguiar. A versão atual contém algumas alterações em relação a versão inicial.

³ Localizada na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

⁴ Localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

formada em sua maioria por negros e pardos, era dedicada aos dois santos. Segundo Costa (1886 apud FRIEDMAN e MACEDO, 2006, p.7):

Como em 1684 a confraria não apresentou seus títulos, o Compromisso e a relação de alfaias, o Cabido ordenou a interdição da capela. Mesmo ao regularizar sua situação, as autoridades não permitiram a prática de nenhum ato sem permissão prévia. Nas reuniões da irmandade havia a presença de um cônego e ainda, a nomeação do capelão, a música das festas e os pregadores dependiam da aprovação do Cabido.

Após esse atrito com o conjunto de cônegos do Rio de Janeiro, a confraria decidiu retirar a imagem de Nossa Senhora da Igreja de São Sebastião e construir um novo templo. No ano de 1700 a pedra inaugural foi lançada em um terreno da atual rua Uruguaiana, na cidade do Rio de Janeiro. Depois de 25 anos, o templo que era o maior do Rio de Janeiro, na ocasião, ficou pronto. (MAURÍCIO, 1972, p. 131)

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito teve papel fundamental no que se refere à libertação dos escravos. De acordo com o Dicionário da escravidão negra no Brasil (MOURA, 2004, p. 216-217):

Em muitos pontos do Brasil, as irmandades de negros foram fundadas sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A sua associação, em uma mesma irmandade, com São Benedito resultou naturalmente do fato de ter sido esse santo um escravo negro. Desde 27 de Novembro de 1779, a Irmandade gozava, por provisão régia, da vantagem de poder alforriar, mediante indenização do valor, os escravos que eram maltratados pelos respectivos senhores ou que quisessem vender por castigo. No seu compromisso ou regulamento interno, que data de 1831, há uma grande referência à obrigação de “vir em socorro dos irmãos escravos”. Esse compromisso foi aprovado pelo poder eclesiástico e pelo poder civil, o primeiro representado pelo então bispo de Rio de Janeiro, Dr. José Caetano da Silva Coutinho, também conselheiro de Estado e senador. O poder civil foi representado pela regência trina e por Diogo Feijó. O capítulo 1º sobre os deveres da Irmandade, estabelece como objetivo libertar da escravidão os “irmãos cativos”. Enquanto o capítulo 24 fixa a forma de auxílio para a libertação: era por meio de sorteio, sendo o dinheiro retirado da “caixa da igreja”. Além das alforrias que obtinham publicamente, praticavam serviços secretos, subvencionavam a imprensa abolicionista e ajudaram frequentemente José do Patrocínio.⁵ O ex-escravo Israel Soares foi a verdadeira alma da Irmandade.

No ano de 1737 foi transferida a Sé do Rio de Janeiro para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Em 8 de Março de 1808, desembarcou no Brasil, a família real portuguesa. Nesse dia foram todos para a então Sé para cumprirem seus deveres religiosos e agradecerem por terem chegado bem. Contudo, houve um atrito entre os cônegos e os membros da Irmandade. Os primeiros não queriam que os demais recepcionassem a família real. Após muita discussão os membros da Irmandade resolveram abandonar a Sé e partiram para o centro da cidade. Porém, ao avistarem o cortejo, se infiltraram no meio dele e

⁵ Fundador da Confederação Abolicionista.

adentraram na Sé juntamente com a realeza. Após este incidente, a Sé foi transferida dali em 15 de junho de 1808 (MAURÍCIO, 1966, p. 46-57).

Depois de deixar de ser a Sé, a Igreja teve ainda outros momentos importantes da história nacional. Como nas vésperas do Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, quando José Clemente Pereira deixou a Igreja com um abaixo assinado, que pedia ao príncipe regente que não retornasse a Lisboa. Também teve uma participação importante no movimento pela abolição da escravatura. Na segunda metade do século XVIII, a Irmandade obteve licença para organizar festividades. Então, os membros da confraria passaram a fazer festas em homenagem à Corte do Rei do Congo. Eram eleitos o rei e a rainha, sendo que havia um desfile público com muita música e dançarinos. Sobre essas festas da Irmandade, Maurício (1972, p. 135) nos fala que:

O largo que havia em torno e que abrangia enorme espaço, enchia-se de gente de todas as esferas, e ali se procedia a leilões de prendas, enquanto eram vendidos objetos e guloseimas em tabuleiros forrados com toalhas brancas. A música emprestava um tom de alegria aos festejos daquela gente sem outra ambição senão divertir-se e honrar a Virgem e S. Benedito.

“A festa do Rosário era, como se percebe, uma cerimônia de cunho nitidamente africano, mas que despertava grande interesse e curiosidade entre o povo da época” (MAURÍCIO, 1972, p. 135).

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito esteve diretamente ligada ao movimento abolicionista. Na segunda metade do século XIX, a Irmandade participou ativamente do processo de libertação de escravos. Uma carta do Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, escrita e endereçada à Irmandade em 24 de agosto de 1871, louva a conduta piedosa da mesma de libertar escravos e faz também uma doação em dinheiro para a missão. Esse trecho diz (IPHAN, 1941, p. 64):

Como sabemos que essa Venerável Irmandade com as esmolas suas e dos fiéis de vez em quando liberta alguns de seus irmãos que ainda gemem no cativo, desempenhando um dos grandes desejos da Santa Igreja Católica, de ver livres a todos os cativos, assentamos em contribuir para essa obra tão católica e tanto da Igreja com o óbolo, embora muito pequenino, decerto, de cento e cinquenta mil réis.

No ano de 1888 a Irmandade comemorava a Lei Áurea. Conforme nos mostra este trecho de um relatório feito pelo escrivão Fortunato José Francisco Lopes (IPHAN, 1941, pp. 113-114):

Durante a gestão do Procurador da caridade, Irmão Prudêncio Gomes de Oliveira, teve este digno servidor da Irmandade a felicidade de experimentar em seu coração a maior glória, a maior felicidade e a maior alegria que é dado imaginar. Refiro-me a libertação da Pátria, a reabilitação da raça oprimida, e espoliada da liberdade, pelo orgulho de uns, pela ambição de outros e pela maldade de alguns.

Falo, senhores, com o coração a transbordar de entusiasmo e de glórias, da redentora Lei de 13 de Maio, em que essa Irmandade teve a doce consolação de ver em todos os seus filhos o sorriso a brilhar-lhes nos lábios e a alegria de reanimar-lhes as faces.

Há, senhores, sensações tais, que a linguagem humana não tem expressões para pintar. A alma sente, experimenta, dulcíssimas alegrias, perde-se nos delírios da imaginação, mas a voz emudece, porque não é capaz de transmitir pela palavra os sentimentos que lhe vão n'alma.

E porque, senhores, só a alma pode medir a imensidade da dor, só ela pode sondar a doce alegria que se aninha no pobre coração humano.

Foi debaixo de hinos festivos, de preces unidas do maior respeito à Santíssima Virgem que esta Irmandade festejou a gloriosa data de 13 de Maio, em que a mãe de uma mulher virtuosa foi guiada pela Virgem do Rosário, - a mãe dos esquecidos da sorte, para assinar a gloriosa lei da libertação da Pátria.

Como sabeis, na fundação da Irmandade, em 1697, no Convento dos Religiosos Capuchinhos, o maior número de seus instituidores eram escravos, que não tendo um lugar onde pudessem dirigir a Deus as suas preces, procuraram esta congregação de irmãos e fundaram a pia instituição, cujo fim principal era o de se libertarem mutuamente.

Era impossível que a Virgem do Rosário não acolhesse benignamente tantos infelizes, tantas lágrimas de dor que lhe eram oferecidas por humildes filhos e fervorosos devotos.

O texto acima mostra claramente como a Irmandade atribuía à Princesa Isabel, inspiração divina para ter assinado a Lei Áurea. Assim como conferia à Lei Áurea o status de “lei da libertação da Pátria”.

Os anos que se seguiram da Abolição até o tombamento como patrimônio histórico e artístico nacional, foram marcados por reformas não significativas do templo. Mesmo com constantes reformas a Igreja manteve suas atividades religiosas normalmente.

Processo de patrimonialização

O Ofício 127, emitido pelo SPHAN, na data de 17 de março de 1938, e endereçado a Irmandade, informava a intenção de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que foi definida pelo ofício como “obra de arquitetura religiosa”. Este ofício, que está disponível para consulta digital no Arquivo Geral do IPHAN⁶, foi o primeiro passo oficial para o processo que levou ao tombamento da Igreja, em 7 de abril de 1938.

A série Inventário, presente no Arquivo Geral do IPHAN, foi organizada por Francisco Agenor de Noronha Santos⁷ para o SPHAN. Possui três tomos⁸ sobre Histórico e descrição do bem, datados de 1941, um tomo⁹ com documentos de 1967¹⁰, um tomo¹¹ com notícias de

⁶ Arquivo Geral do IPHAN – Rua da Imprensa, 16 – Palácio Gustavo Capanema.

⁷ Historiador brasileiro (1865-1956).

⁸ 01A (102 folhas), 01B (112 folhas) e 01C (90 folhas).

⁹ 01D (46 folhas).

¹⁰ Ano do incêndio.

¹¹ 01E (102 folhas).

jornais sobre a Igreja e a Irmandade, e outros três tomos¹² com fotografias internas e externas da Igreja, antes e depois do incêndio, incluindo o seu acervo. Inclui um índice inicial de assuntos sobre a Igreja e sobre a Igreja e sobre Irmandade, com as respectivas datas, desde 1700 até 1934. Sendo estes assuntos dos mais variados como reformas internas e externas da igreja, compra e venda, alvarás, escritura de doação de terreno, enterramento dos irmãos defuntos, escritura de doação condicional de uma escrava, festividades populares entre negros africanos, reuniões de confraria, documentos sobre a libertação de escravos, profissões exercidas pelos irmãos e contas pagas. No decorrer dos três primeiros tomos são apresentadas cópias de documentos que atestam os assuntos abordados. (IPHAN, p. 4-225, 1941)

No tomo 01C há uma sessão com publicações acerca da história da Irmandade. Nela estão incluídos resumos de alguns acontecimentos da Igreja, em ordem cronológica. Faz-se questão de ressaltar a importância cívica e religiosa da Irmandade (IPHAN, p. 227-261, 1941). Outro ponto que chama a atenção neste tomo é o Registro de entrada de irmãos na Irmandade, relativo ao período colonial e ao Primeiro Reinado. Nele são encontrados o nome completo, a cor e a profissão de cada irmão. São muitos os descritos como pretos, pardos e “creoulos”. As profissões são também das mais variadas: professores, advogados, tabeliões, sangradores, funcionários públicos, etc. Logo em seguida há uma lista, nos mesmos moldes, com os que entraram na Irmandade durante o Segundo Reinado. (IPHAN, 1941, pp. 262-275)

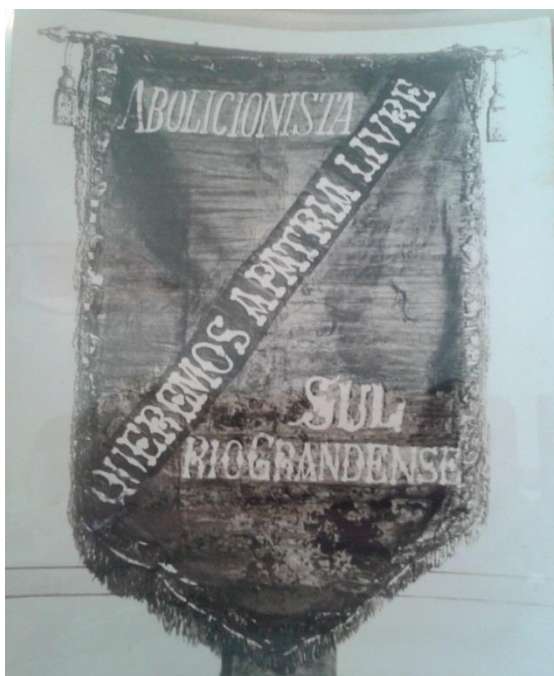


Figura 1: Estandarte da Associação Abolicionista Sulriograndense

Fonte: Arquivo Geral do IPHAN – Série Inventário I.RJ-0095.01

¹² 01F (16 fotos), 01G (45 fotos) e 01H (38 fotos).

A sequência do tomo 01C apresenta detalhes sobre o acervo interno do bem: bustos, quadros, retratos, inscrições em mármore e em bronze. Os estandartes das associações abolicionistas também são citados. São eles: Abolicionista Sul Riograndense – Queremos a Pátria Livre (imagem acima), Caixa Emancipadora Joaquim Nabuco, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, Centro Abolicionista Forense, Cidade do Rio e Club da Propaganda Libertadora do 1º Distrito de Santa Rita. (IPHAN, 1941, pp. 276-290)

O tomo 01E inclui a ficha de cadastro do bem tombado, que o coloca na categoria de arquitetura religiosa e como tombamento isolado. A ficha de cadastro cita que o bem possui “pontos de infiltrações”, mas conclui que o estado físico do bem tombado é “bom”. Os tomos 01F, 01G e 01H contém fotos da parte externa da igreja e da parte interna, fotos dos arredores, fotos do acervo original e plantas da Igreja. Algumas informações sobre o incêndio que destruiu a igreja em 1967 foram incluídas tomo 01D. Incluindo um breve histórico da Irmandade e da Igreja e alguns documentos sobre o processo de reabertura da mesma.

Ao analisar o inventário fica claro que há uma importância em se salientar a arte e a arquitetura religiosa do bem, mas que também está presente um esforço para relacionar o bem com a história nacional e acontecimentos históricos importantes como a chegada da família real portuguesa ao Brasil e o “Dia do Fico”. Também é fácil perceber que há no inventário a preocupação de deixar claro que esta era uma Irmandade relacionada diretamente ao povo negro e as suas lutas por emancipação.

De acordo com Noronha Santos, os arquivos da Irmandade se encontravam em grande desordem e foi necessário um grande trabalho de organização do mesmo para que o resultado final fosse possível. Segundo ele, bem poucas igrejas possuem traços evocativos tão interessantes do velho Rio de Janeiro, como a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Desde o pinturesco dos costumes africanos, em suas festividades e mais íntimos pormenores.

O incêndio

Após a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito ter sido tombada, as atividades em suas instalações seguiram normalmente. Até que na noite de Páscoa, de 25 para 26 de março de 1967, a igreja sofreu um grande incêndio. Este teria se propagado de maneira muito rápida, conforme relatou, na época, o jornal Última Hora (FOGO, 1967):

A Igreja foi totalmente destruída, logo que o incêndio começou. Inteiramente revestida de madeira antiga, trabalhada, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi rápida e literalmente envolvida pelas chamas que, em questão de minutos se propagou do altar-mor para o salão do consistório e para o Museu dos Escravos, no primeiro andar.

A companhia de energia elétrica, Light, foi acusada de ter demorado para desligar a rede elétrica, o que impediu a ação rápida do corpo de bombeiros. Uma reportagem do Jornal do Brasil declarava (JOIAS, 1967, p.17):

Os proprietários das lojas destruídas pelo fogo acusam a Light como responsável pela propagação do incêndio em todo o quarteirão, porque demorou mais de duas horas para desligar a energia elétrica e, durante esse período, os bombeiros ficaram de braços cruzados, com as mangueiras preparadas mas sem poder começar a agir. Uma vez que as portas metálicas estavam eletrificadas.

Sob essas acusações, a Light emitiu uma nota sobre o caso, onde afirmava que (LIGHT, 1967):

A respeito do incêndio ocorrido, na madrugada de domingo, na Igreja de N. S. do Rosário e num grupo de casas comerciais vizinhas, a Rio Light esclarece que desempenhou com presteza todas as tarefas que lhe competiam.

Na mesma nota, a companhia ainda declarava que (LIGHT, 1967):

A Light, no incêndio da Praça Monte Castelo e adjacências, agiu como devia e sempre tem feito em casos semelhantes. A ela não cabe comentar a segurança dos prédios sinistrados nem as operações de salvamento que se prolongaram por muitas horas. A tradição de competência e dedicação do Corpo de Bombeiros responde pelo empenho e denodo empregados pelos seus soldados e oficiais no combate às chamas.

O que queremos é deixar claro que a Light tomou todas as providências cabíveis, conforme atestam os seus registros de serviço e os relatórios dos seus empregados.

Ao mesmo tempo que a Rio Light se defendia, surgiam novas suspeitas sobre como o fogo poderia ter se iniciado. O jornal Correio da Manhã levantou a hipótese de que o incêndio teria sido criminoso e que teria sido provocado por policiais que estariam diretamente envolvidos em um esquema de suborno ao jogo-do-bicho (MARCIER, 1967, p.11):

As autoridades federais estão investigando informação segundo a qual “elementos da polícia carioca teriam causado o incêndio que arrasou o quarteirão da Igreja do Rosário, aos últimos minutos de sábado, na tentativa de destruir os arquivos do coordenador-geral do suborno ao jogo-do-bicho na cidade, Raul Tavares”, que estava com seu centro de operações montado no ponto lotérico da Praça Monte Castelo nº 3-A.

Consta que o Serviço Secreto do Exército pretendia estourar, na manhã de ontem, o antro de corrupção, para apoderar-se da relação denominada gibi, onde estão arrolados policiais, políticos e jornalistas que recebem quantias mensais dos 11 banqueiros da descarga que formam a cúpula da contravenção no Rio, o que teria transpirado, levando terror aos implicados que, para escapar, “apelaram para um incêndio criminoso”.

Em meio a essas denúncias, os órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico do Estado do Rio de Janeiro e da União iniciaram as ações que visavam recuperar o máximo possível do templo (PATRIMÔNIO, 1967):

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi vistoriada ontem por técnicos do Patrimônio Histórico do Estado e da União que determinaram a sua imediata interdição, até que sejam concluídos os trabalhos de remoção das cinzas, por funcionários dos dois órgãos, com auxílio de material especializado.

Com essa medida, visam os técnicos evitar danos nas relíquias que adornavam os altares e que ainda estão soterradas próximo ao altar-mor e alas laterais do templo.

Uma reunião, realizada no dia 29 de março, definiu quais seriam as primeiras medidas adotadas para a restauração (PATRIMÔNIO, 1967):

Ontem pela manhã a Diretoria da Irmandade reuniu-se, pela segunda vez, na sede provisória, na Rua dos Andradas, 36, sobrado, ocasião em que o Juiz João Batista Matos comunicou que técnicos do Patrimônio fariam uma vistoria na Igreja como primeiro passo para a restauração. Depois, ouviu o relatório das três comissões criadas na véspera – Restauração, Remoção dos Escombros Santos e Relações Públicas –, dando por encerrada a sessão.

Às 12 horas, chegava à Rua Uruguaiana o Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico Estadual, Professor Marcelo Ipanema, acompanhado do Arquiteto Olinio Jones e da Sra. Cibele Ipanema, chefe do Serviço de Pesquisas Históricas do Órgão.

Naquele momento definiu-se também que se buscava preservar os mínimos detalhes do patrimônio que havia sido tombado. Foi informado qual estratégia seria adotada para tanto (PATRIMÔNIO, 1967):

O Professor Marcelo Ipanema informou que a reconstrução do templo será feita em conjunto, pelos dois órgãos – federal e estadual – e que ela obedecerá os documentos e fotografias do Arquivo da Seção de História do Patrimônio Histórico Nacional, feitas por ocasião do seu tombamento. Os diretores da Irmandade estão preocupados com a impossibilidade da Igreja ser reconstruída nos mínimos detalhes, de acordo com as fotos originais, mas o Patrimônio Histórico da União prontificou-se a refazer toda a fachada, obedecendo as linhas tradicionais do prédio, a fim de que seja mantido o tombamento de todo o conjunto, pois o arcabouço não foi destruído pelo fogo.

O Escrivão da Irmandade, Sr. Manuel Campos, informou que haverá apenas grande dificuldade nos trabalhos de entalhes de madeira – portas, grades e altares – em virtude de não existir no Brasil artista capaz de executar os detalhes, de acordo com o original.

De acordo com matéria do Jornal do Brasil, não havia sobrado quase nada além da estrutura do templo e de um cofre com algumas joias antigas (JOIAS, 1967, p. 17):

Um grande cofre embutido numa parede – ainda não aberto pela perícia – contendo valiosas joias seculares e uma pequena imagem foram as únicas coisas que restaram da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, completamente destruída pelo incêndio irrompido nos últimos minutos do Sábado de Aleluia.

A mesma matéria complementava (JOIAS, 1967, p. 17):

Dois dos sete estandartes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foram as únicas peças salvas dentre as alfaias da Igreja, porque se encontravam num laboratório de conservação, com a conservadora de museus Ecila Brandão Castanheira.

Logo após o incêndio, iniciou-se o processo para a restauração da Igreja. Lucio Costa e Sérgio Porto foram os arquitetos escolhidos para este projeto. Ao contrário do que havia sido pretendido primeiramente, o projeto de restauração não optou pela reconstituição fidedigna dos detalhes do templo que fora destruído pelo fogo. É o que nos diz Mattoso: “A reconstrução seguiu risco do arquiteto Lúcio Costa, que procurava manter a atmosfera de solene religiosidade sem tentar reconstituir os espaços originais e introduzindo materiais modernos como o concreto” (p. 302, 2010)

Os anos após a reconstrução e o tempo presente

A Igreja foi reconstruída e reaberta ao público em 1969, depois de um período de obras, preservando-se ao máximo os espaços internos, já que todos os elementos decorativos haviam se perdido (IPHAN, 2015).

Uma matéria do jornal O Globo, sobre a reabertura do templo, informava (TRÊS, 1969, p. 26):

Para quem conheceu o antigo templo, o interior da Igreja do Rosário se apresentará inteiramente diferente. Não terá as pinturas do teto, nem os revestimentos ornamentais de madeira esculpida e recoberta de ouro, nem os murais, as antigas imagens e os lustres suntuosos – precioso tesouro de arte sacra destruído pelo fogo na noite de 26 de Março de 1967.

A mesma matéria ainda dizia (TRÊS, 1969, p. 26):

A suntuosidade do barroco foi substituída pelas linhas tranquilas do projeto de Lúcio Costa. Um único púlpito de concreto aparente em vez dos dois antigos esculpidos em madeira. Um altar retilíneo, em forma de paralelepípedo, também de concreto aparente, sobre pequena base do mesmo material. Curvas lisas e suaves num teto límpido como as paredes.



Figura 2: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (interior do templo)

Fonte: ALVIM, S. Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro, 1997.

A imagem acima mostra claramente como a parte interior do templo, que havia sido destruída no incêndio, ganhou uma identidade totalmente nova após a sua reconstrução. E isso nos confirma Alvim (1997, p. 200):

A reconstrução interna, após o incêndio, conferiu ao monumento um aspecto despojado, com paredes e teto pintados de branco. Os altares, a tribuna, o coro e os pilares foram refeitos em concreto aparente, e as tribunas da capela-mor, guarnecidas com treliças em madeira.



Figura 3: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Fonte: Fotografia tirada pelo autor do artigo.

Apesar de todas as transformações pelo qual passou, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito conserva ainda a portada setecentista de lioz e as torres (IPHAN, 2015). Como podemos observar na imagem acima.

Ainda no ano de 1969, foi criado o Museu do Negro¹³, que atualmente funciona no 2º andar do prédio da Igreja. Neste museu podemos observar tanto um culto aos santos e entidades como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito quanto à memória do movimento abolicionista, de Zumbi dos Palmares e da Princesa Isabel.

O portal Museus do Rio, descreve assim o seu acervo (MUSEUS, 2014):

O acervo do Museu do negro é composto por esculturas, fotografias, indumentária e documentos, dentre outros, com destaque para as santidades católicas, paramentos litúrgicos e dos membros da irmandade; os objetos ligados à escravidão (instrumentos de suplício e do cotidiano); objetos de culto ligados ao Candomblé, imagens e indumentária representativas da africanidade, da “Mãe África e da “Mulher Negra”; objetos ligados ao Movimento Abolicionista e à Monarquia como dois estandartes abolicionistas

¹³ É uma instituição privada, vinculada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

salvos do incêndio, utilizados na procissão de despojo dos ossos da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, na década de 1970.

O Museu do Negro, após um período de fechamento, foi reaberto no dia 13 de maio de 2013, Dia da Abolição da Escravatura (MUSEU, 2013). É importante lembrar que no templo repousam também os restos mortais do famoso Mestre Valentim.¹⁴

No ano de 2009 foram iniciadas obras emergenciais no templo. De acordo com o portal do IPHAN (2009):

A intervenção vai realizar a revisão de todo o sistema de captação e escoamento de águas pluviais, a substituição de telhas, a impermeabilização de uma grande laje que cobre o monumento, além da recuperação do revestimento das paredes externas, das empenas da nave, do altar-mor e dos trechos da platibanda.

Atualmente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito mantém as suas atividades na Igreja, onde são celebradas missas diariamente. Juntamente com outras irmandades de homens negros, como a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, ela continua em intensa articulação e interação com o movimento negro.

3. Referências

- ALVIM, S. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro: revestimentos, retábulos e talha*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- ALVIM, S. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- FAJARDO, W. (coord.). *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: Bens Tombados 2014*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2014.
- FOGO arrasa Igreja e dez lojas no Centro. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1967.
- FRIEDMAN, F.; MACEDO, V. L. *A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial*. URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. v.1, n. 1. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1002/746>>. Acesso em: 22/06/2015.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 20/04/2015.
- _____. *Igreja do Rosário e São Benedito (Rio de Janeiro, RJ)*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1746>. Acesso em: 23/06/2015.

¹⁴ Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813): Mulato, escultor, entalhador e urbanista encarregado das obras da cidade do Rio de Janeiro entre 1779 e 1790.

- _____. *Igreja do Rosário e São Benedito recebe obras emergenciais*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2309/igreja-do-rosario-e-sao-benedito-do-rio-de-janeiro-recebe-obras-emergenciais>>. Acesso em: 23/06/2015.
- Série Inventário: I.RJ-0095.01*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral do IPHAN, 1941.
- JÓIAS e imagem foi só o que restou da Igreja do Rosário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, , 28 mar. 1967. p. 17.
- LIGHT e o incêndio da Igreja de N. S. do Rosário – Esclarecimento à população. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1967.
- MARCIER, C. A. Polícia vê como a Igreja queimou. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 11, 28 mar. 1967.
- MATTOSO, J. *Patrimônio de origem portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo - América do Sul*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- MAURÍCIO, A. *Igrejas Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1977.
- _____. *Meu Velho Rio*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.
- MOURA, C. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- MUSEU do Negro vai ser reaberto em Igreja na Saara. *O Dia*, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/porta/rio/museu-do-negro-vai-ser-reaberto-em-igreja-na-saara-1.576512>>. Acesso em: 23/06/2015.
- MUSEUS do Rio. *Museu do Negro*. 18 mar. 2014. Disponível em: <http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=40:museu-do-negro>. Acesso em: 23/06/2015.
- PATRIMÔNIO remove as cinzas da Igreja do Rosário. *Última Hora*, 30 mar. 1967.
- TRÊS séculos da Igreja do Rosário contam a história da liberdade. *O Globo*, p. 26, 25 set. 1969.